

## RELATORIA DO LACIGF13

**Título da Sessão:** Internet e Pandemia – oportunidades e impactos sobre os direitos humanos das tecnologias implantadas

**Elaborado por:** Arnaldo Santana, Caroline Magalhães e Renato Menezes

**Revisado por:** Juliana Novaes (Youth Observatory)

**Resumo da sessão:** O segundo painel do Fórum Latinoamericano de Governança da Internet (LACIGF) aconteceu no dia 08 de setembro, às 14h (horário de Brasília) e discutiu o tema “Internet e Pandemia – oportunidades e impactos sobre os direitos humanos das tecnologias implantadas”. O painel foi dividido em duas etapas de discussão, ambas mediadas por Maria Paz Canales, tratando sobre o uso da Internet e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) durante a pandemia; e ações que utilizam estas tecnologias para combater a pandemia, em especial as ações de coleta de dados.

Os seis painelistas que discursaram no painel enfatizaram que o uso do ambiente cibernético cresceu durante o período de isolamento social e que a Internet tornou-se mais protagonista do que nunca. No entanto, destacaram também que este momento novo gera uma fragilidade que pode ser explorada por empresas, organizações e governos para violar o direito de privacidade dos indivíduos. Além disso, debateram outro tema de consenso: que a inclusão digital ainda é um grande desafio, principalmente em países em desenvolvimento, como nos casos dos latino-americanos e caribenhos, o que coloca em questão o uso das TICs como soluções exclusivas para a pandemia.

Laura MCGorman, do Data for Good Facebook, foi a primeira painelistas a falar. Ela apresentou o projeto no qual trabalha, que opera com a coleta de dados de interesse público para impacto social. Estes dados são concedidos para uso público e de parceiros. Nesta publicização, segundo a painelistas, mantém-se uma busca pela proteção dos direitos das pessoas na Internet, com processos de transparência na coleta destas informações. Ela ressaltou que, em qualquer iniciativa de coleta e uso de dados, a privacidade deve ser uma prioridade. Por isso, destacou ainda outras práticas adotadas pelo Data for Good na busca por garantir esta privacidade, como o *smoothing* ou a garantia de poder de deliberação ao usuário sobre o uso de seus dados.

Em seguida, passou-se à fala de Rafael Zanatta, da ONG Data Privacy Brasil. Rafael destacou que, durante a quarentena, a organização visou a analisar a forma a qual o país está sendo impactado pelas escolhas políticas feitas em relação à pandemia. Outro ponto de análise foi o questionamento sobre o respeito do poder público para com o bom uso de dados coletados da população. A partir dos levantamentos feitos pela ONG, o painelistas sinalizou uma preocupação em relação ao número de aplicativos e iniciativas que podem comprometer a garantia de princípios básicos, mas que possuem grande apelo social em tempos de Covid-19.

Um exemplo de ferramenta popular, mas que levanta problemas apontados por Rafael, é a prática do *Contact Tracing*. Apesar de indicar os benefícios que ele pode trazer para a tomada de decisões de saúde pública em contextos pandêmicos, o palestrante destacou a possibilidade de perigos como o vazamento de dados pessoais para uso de terceiros. Ele recomendou também ser preciso o alinhamento com entidades internacionais e com a comunidade médica para poder atestar as práticas destes aplicativos e iniciativas. Ao final, ainda indicou o documento elaborado pela organização

na qual trabalha, intitulado “Os Dados e os Vírus”, que busca propor passos éticos para o uso de dados pessoais no combate à pandemia.

Finalizando o primeiro bloco do painel, o administrador da Autoridade Nacional para a Inovação Governamental do Panamá, Luis Ricardo Oliva, descreveu as ações realizadas pelo governo do país contra a pandemia. Entre elas, estava o programa “Panamá Solidário”, ação cujo público alvo fora definido pelo governo após uma análise de banco de dados em posse de organizações governamentais. Com a análise, foram identificados cerca de 1,3 milhões de pessoas que, de acordo com os registros, não trabalhavam e nem eram beneficiários de outros programas de auxílio social.

Depois da identificação, os cidadãos em estado de vulnerabilidade social poderiam suprir as necessidades através de uma quantia liberada por mês e disponibilizada por meio dos documentos de identidade nacionais. O painalista destacou como o programa trabalhou em prol da privacidade e do bom uso dos dados, tanto na coleta de dados para a definição dos beneficiários quanto na relação com os estabelecimentos onde os cidadãos poderiam realizar compras. No segundo caso, por exemplo, Luis Ricardo explicou que, apesar da parceria com o governo, eles não tinham acesso aos dados pessoais dos cidadãos.

Uma terceira ação destacada por ele foi a garantia do direito de acesso à Internet para os panamenhos. Outro programa adotado pelo governo, segundo o painalista, foi o aumento da capacidade de banda larga para aqueles que já possuíam acesso à rede; e disponibilização gratuita deste acesso para os cidadãos sem as condições financeiras de tê-lo.

Dando início a segunda parte do painel, houve a apresentação de Edison Lanza, da Organização dos Estados Americanos (OEA). O painalista destacou as problemáticas relacionadas a direitos humanos envolvidos no uso de dados diante da pandemia. Segundo ele, o direito à privacidade, em especial, é o que mais pode ser ameaçado. Edison ainda deu maior destaque às pessoas que já tiveram ou estão contaminados com o vírus, um público ainda mais vulnerável ao uso indiscriminado de dados pessoais.

Um destaque em sua fala foi a de que o uso das TICs para o combate a Covid-19 deve se basear em garantir um benefício maior à sociedade e não apenas em uma experimentação social - o que poderia colocar em risco Direitos Humanos na região. Assim, ao final de sua apresentação, ele recomendou que informações colhidas durante os tempos de pandemia sejam usadas exclusivamente para estratégias de saúde pública. Para garantir isto, é preciso o acompanhamento por órgãos públicos e privados e a garantia de autonomia do usuário, que deve ser consultado sobre o uso de seus próprios dados sensíveis.

Em seguida, a fala foi designada à Maria José Calderon, do Conselho Nacional Eleitoral do Equador. A painalista abordou a preparação para as eleições no país e os impactos da pandemia neste processo. De início, enfatiza os números da pandemia no país e afirmou como a situação gerou desconfiança entre os eleitores, especialmente em relação à segurança de voto por meios digitais. Segundo ela, porém, os objetivos de realizar eleições desta maneira são precautelar a saúde das pessoas e ainda assim sustentar o sistema democrático equatoriano.

Maria José explicou que o país debate o uso de sistemas de votação baseados em *blockchain*, que consiste no armazenamento descentralizado de dados, garantindo segurança e dificultando fraudes e corrupções às informações. Ela abordou ainda como a pandemia afetou não somente as eleições, mas as campanhas políticas: elas

deixaram de ser “cara-a-cara” e passaram a se fazer mais presentes através das redes sociais, o que fez com que candidatos tivessem que readaptar o discurso. Para tanto, a painelistra mostrou uma tabela que demonstrou como os aplicativos WhatsApp, Facebook e Zoom lideraram os números de downloads no país desde março, quando a pandemia do coronavírus fora declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Encerrando o segundo bloco e o painel, a representante da Associação Interamericana de Empresas de Telecomunicações (Asiet), Maryleana Méndez realizou sua apresentação. Ela mostrou, inicialmente, o impacto da pandemia na economia nos índices de pobreza na região. Após esta introdução, ela sugeriu que as economias e sociedades mais digitalizadas foram aquelas que sentiram menos fortemente um impacto econômico. Ela enfatizou, então, que as redes de telecomunicações representariam a base para esta digitalização.

Maryleana defendeu que um dos problemas que a pandemia trouxe foi revelar a dificuldade que muitas pessoas têm no acesso à Internet. Segundo ela, isso ocorreu devido a relatos de instabilidade no serviço por conta dos altos índices de uso - acrescidos em cerca de 30 a 40% em seu país, segundo a painelistra. Para corresponder a esta demanda, ela afirmou que foi necessário produzir, nas empresas de telecomunicações, um reforço na infraestrutura que garante o acesso a Internet. Esse esforço foi preciso ainda para garantir que ninguém deve ‘ficar para trás’, que deve ser a base para qualquer decisão tomada neste período.

Ela destacou também que os não-conectados são os que mais sofrem com as crises e apresentou o que seria Agenda Digital Transversal Realista (um conceito de segurança jurídica na infraestrutura tecnológica) bem como o uso produtivo das telecomunicações para o amadurecimento digital de outros setores. Ao final, Maryleana afirmou que é necessária a cooperação do setor público com o privado para que haja reformas positivas para todo o ecossistema, sem imposições e decisões políticas desconectadas de bases técnicas. Para ela, o processo de reflexão conjunta só vem para ajudar a tapar o buraco digital e, mais que isso, permitir com que todos desfrutem dos mesmos benefícios. “Não devemos sair da pandemia da mesma forma a que ingressamos nela”, disse. Em conclusão, afirmou que estes são novos tempos, que exigem novas tecnologias, novas perspectivas e o balanço técnico para buscar o crescimento da conectividade.